

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	29
------------------	----

2

CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO DIREITO BRASILEIRO.....	31
2.1 Funções da prisão em flagrante delito	32
2.2 Natureza jurídica da prisão em flagrante delito	33
2.3 Evolução histórica da prisão em flagrante delito no direito brasileiro.....	35

3

PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	39
3.1 Flagrante compulsório e flagrante facultativo	43
3.1.1 Flagrante cataléptico.....	46
3.1.2 Guardas Municipais.....	47
3.2 Flagrante esperado, flagrante provocado e flagrante forjado.....	49
3.3 Flagrante compulsório e a infiltração de agentes	52
3.4 Agente policial disfarçado	54

4

PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E INQUÉRITO POLICIAL	59
4.1 Prisão em flagrante delito nos crimes de ação penal condicionada à representação e de ação penal privada	60
4.2 Conceito e esboço histórico do inquérito policial	61

5

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFORMADORES DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO	65
5.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	66
5.1.1 Emprego de força	67
5.1.2 Morte decorrente de intervenção policial.....	70
5.1.3 Emprego de algemas	78
5.1.4 Constrangimento ilícito de preso ou detento e a nova lei de abuso de autoridade	83
5.2 Princípio do devido processo legal: a devida investigação criminal.....	84
5.3 Princípio da legalidade	86
5.4 Princípio do investigante natural: Delegado de Polícia natural	88
5.4.1 Autoridade natural na prisão em flagrante delito.....	91
5.5 Princípios do contraditório e da ampla defesa	93
5.6 Princípio da publicidade.....	97
5.7 Princípio da paridade de armas.....	103
5.8 Princípio da imparcialidade.....	105
5.8.1 Imparcialidade e a superação da inquisitorialidade: o inquérito policial como procedimento apurativo	108
5.9 Princípio da reserva de jurisdição.....	112
5.9.1 Acesso aos dados armazenados em dispositivos eletrônicos	113
5.10 Princípio da inadmissibilidade ou proibição de provas ilícitas	123
5.11 Princípios da duração razoável da investigação e da eficiência.....	125
5.11.1 Aplicação de recursos tecnológicos: prisão em flagrante delito por videoconferência e inquérito policial eletrônico	127
5.12 Princípio da presunção de não culpabilidade (estado de inocência)	133
5.13 Princípio da não autoincriminação.....	135
5.14 Princípio da motivação.....	138

6

FLAGRÂNCIA DELITIVA, FUNDADA SUSPEITA E INDICIAMENTO	141
6.1 Flagrância delitiva: requisito temporal ou circunstancial da prisão em flagrante delito	142
6.2 Flagrante próprio, perfeito, verdadeiro ou real.....	142

6.3	Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	144
6.4	Flagrante presumido, assimilado ou ficto	146
6.5	Prisão em flagrante delito nos crimes permanentes, nos crimes habituais e no crime continuado.....	146
6.5.1	Crimes permanentes e a inviolabilidade domiciliar: justa causa provável ou visibilidade provável prévia	150
6.6	Ação controlada e entrega vigiada: flagrante retardado, postergado, estratégico, prorrogado ou diferido.....	160
6.7	Fundada suspeita e decisão de indiciamento: requisito probatório ou indiciário da prisão em flagrante delito.....	166
6.7.1	Momento do indiciamento	173
6.7.2	Consequências do indiciamento.....	176
6.7.3	Qualificação e interrogatório.....	177
6.7.3.1	Direito ao silêncio, aviso de Miranda e interrogatório sub-reptício	180
6.7.3.2	Prestação de dados falsos e recusa de dados sobre a própria identidade.....	185
6.7.3.3	Confissão	185
6.7.3.4	Tortura	188
6.7.4	Vida pregressa ou progressamento	189
6.7.5	Identificação.....	190
6.7.5.1	Identificação civil e identificação criminal	190
6.7.5.2	Identificação criminal pelo perfil genético	193
6.8	Etapas da prisão em flagrante delito	195
6.8.1	Abordagem, captura e condução coercitiva.....	196
6.8.2	“Prisão-custódia” ou “prisão-formalização”: audiência de apresentação e garantias, decretação da custódia e o auto de prisão em flagrante delito.....	200
6.8.2.1	Auto de prisão em flagrante delito e a audiência de apresentação e garantias	202
6.8.2.2	Oitiva de testemunhas: depoimentos.....	205
6.8.2.3	Oitiva de vítimas: declarações	208
6.8.2.3.1	Reconhecimento de pessoas.....	215
6.8.2.4	Oitiva do indiciado: interrogatório	223
6.8.2.5	Nota de culpa	225
6.8.3	Prisão-recolhimento ou encarceramento e a fiança extrajudicial.....	226

6.8.3.1	Fiança e liberdade provisória.....	227
6.8.3.2	Crimes inafiançáveis	228
6.8.3.3	Vedação de fiança extrajudicial nos crimes de descumprimento de medidas protetivas de urgência.....	237
6.8.3.4	Valor e recolhimento da fiança	238
6.8.3.5	Prazo para exibição do valor arbitrado a título de fiança...	240
6.8.3.6	Fiança em caso de concurso de infrações penais e causas de aumento e de diminuição de pena.....	241
6.8.4	Comunicações sobre a prisão em flagrante e prazos legais	241
6.9	Independência técnico-jurídica (autonomia funcional) do Delegado de Polícia.....	244
6.9.1	Prisão em flagrante delito e independência técnico-jurídica (autonomia funcional).....	252
6.10	Criptoflagrante: ausência de flagrância delitiva ou fundada suspeita e a não decretação da prisão em flagrante delito	255
6.10.1	Relaxamento da prisão em flagrante delito pelo Delegado de Polícia	263
6.11	Juízos de tipicidade, de ilicitude e de culpabilidade exercidos pelo Delegado de Polícia	265
6.11.1	Juízos de tipicidade e de ilicitude: a análise de discriminantes pelo Delegado de Polícia	266
6.11.2	Análise do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia.....	272
6.11.3	Juízo de culpabilidade exercido pelo Delegado de Polícia.....	278
6.12	Prisão em flagrante delito, infrações de menor potencial ofensivo e termo circunstanciado.....	280
6.12.1	Concurso de infrações penais de menor potencial ofensivo e prisão em flagrante delito.....	292
6.12.2	Estatuto da Pessoa Idosa, termo circunstanciado e prisão em flagrante delito	294
6.13	Prisão em flagrante delito nos casos de violência doméstica e familiar	296
6.13.1	Violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei nº 11.340/2006 (“Maria da Penha”).....	297
6.13.2	Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente – Lei nº 14.344/2022 (“Henry Borel”)	309
6.14	Apresentação espontânea, voluntária ou autoapresentação	313
6.15	Prisão em flagrante delito, imunidades prisionais e foro por prerrogativa de função	318

6.15.1	Presidente da República	319
6.15.2	Governadores de Estado	319
6.15.3	Prefeitos	320
6.15.4	Parlamentares Federais, Estaduais e Municipais.....	321
6.15.5	Agentes diplomáticos e agentes consulares	326
6.15.6	Membros da Magistratura e do Ministério Público	328
6.15.7	Advogados.....	329
6.15.8	Militares das Forças Armadas e Policiais Militares	330
6.15.9	Prisão em flagrante e período eleitoral.....	332
6.15.10	Crianças e adolescentes	333
6.15.10.1	Atos infracionais cometidos por crianças	334
6.15.10.2	Atos infracionais cometidos por adolescentes	335
6.15.10.3	Auto de apreensão de adolescente infrator	338

7

APRECIÇÃO JUDICIAL DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO	341	
7.1	Relaxamento da prisão em flagrante delito ilegal.....	342
7.2	Liberdade provisória, medidas cautelares diversas da prisão e conversão da prisão em flagrante em preventiva	345
7.3	Audiência de custódia	349
7.3.1	Audiência de custódia e acordo de não persecução penal	362

8

PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO DIREITO COMPARADO	367	
8.1	Prisão em flagrante delito no direito português.....	368
8.2	Prisão em flagrante delito no direito espanhol.....	371
8.3	Prisão em flagrante delito no direito italiano	372

9

PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	375	
9.1	Estado flagrancial e reconhecimento de excludentes de ilicitude.....	375

9.2	Fiança, apreciação judicial da prisão em flagrante delito e prazo máximo de prisão provisória.....	378
9.3	Indiciamento e interrogatório.....	380

10

CONCLUSÕES.....	383
REFERÊNCIAS.....	387
A TÍTULO DE POSFÁCIO	415